



PROCESSO SELETIVO INTERNO DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE

PROCESSO SELETIVO INTERNO

EXAME INTELECTUAL – POLÍCIA MILITAR

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de questões. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de questões com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **100** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **5h**, incluído o tempo para entrega do caderno de questões, realização do exame e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas depois de decorrida **1h** do início das mesmas.
10. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de questões após às **13h15min** do horário local.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta preenchido e assinado ao fiscal de sala.
12. Os **3** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

Começa vacinação contra Gripe A



Disponível em: <http://www.acharge.com.br/index.htm> (acesso: 03/03/2010)

01. O humor e a crítica presentes na charge só não decorrem estritamente:

- a) Da ambiguidade da palavra “oposição”.
- b) Do fato de o homem perguntar a um mosquito se ele não vai se vacinar.
- c) De o mosquito da dengue “estar à solta”.
- d) Do título da charge.
- e) Das caricaturas apresentadas.

02. A charge ironiza, satiriza um problema de saúde pública estabelecendo uma relação de oposição entre:

- a) A política de um lado, o mosquito da dengue e o vírus da gripe A de outro.
- b) A saúde pública de um lado e o mosquito da dengue prejudicando-a de outro.
- c) O mosquito da dengue representaria a oposição do PMDB.
- d) A rivalidade política entre o PT e o PSDB.
- e) A gripe A e a dengue.

03. Se o título da charge fosse excluído:

- a) Seu sentido mudaria completamente.
- b) Ela poderia adquirir outro sentido.
- c) Ela ficaria sem sentido algum.
- d) Não iria causar prejuízo algum de sentido.
- e) Ela teria um sentido oposto.

04. A charge só não é comumente publicada em:

- a) Revistas.
- b) Internet.
- c) Jornais.
- d) Livros.
- e) TV.

05. A palavra “oposição”, da charge, é classificada morfologicamente como:

- a) Substantivo concreto.
- b) Substantivo abstrato.
- c) Substantivo coletivo.
- d) Substantivo próprio.
- e) Adjetivo.

06. O título da charge: “Começa vacinação contra gripe A” é:

- a) Um período composto por subordinação.
- b) Um período composto por coordenação.
- c) Um período simples.
- d) Uma frase nominal.
- e) Uma frase verbo-nominal.

07. Supondo que a fala do homem da charge representa um diálogo informal entre conhecidos, o uso do “num” pode ser considerado:

- a) um erro perante a gramática.
- b) uma inadequação vocabular.
- c) um exemplo de informalidade inaceitável nesta situação.
- d) uma exceção no uso, cometida apenas por falantes não-escolarizados.
- e) um exemplo de informalidade, típica da fala, aceitável nesta situação.

08. A frase: “Começa vacinação contra gripe A.”, só não está corretamente analisada em:

- a) O sujeito é classificado como simples
- b) O núcleo do sujeito é vacinação.
- c) O verbo é classificado como intransitivo.
- d) Vacinação é um substantivo abstrato.
- e) O objeto direto é vacinação contra gripe A.

09. Sob a perspectiva normativa, isto é, de acordo com a norma padrão, a flexão verbal destacada na oração: “Tu num vai se vacinar não?”, está:

- a) Incorreta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vais”.
- b) Correta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vai”.
- c) Facultativa, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, aceita o verbo tanto nesta pessoa, como no plural, como em “tu não vais e tu não vai”.
- d) Aceitável, pois não devemos ter preconceito em relação à diversidade linguística.
- e) Correta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do plural, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vai”.

10. Não há uma opinião explícita do autor da charge, no entanto, podemos inferir que um de seus objetivos seja:

- a) Satirizar o fato de que o Governo não é capaz de solucionar todos os problemas na área da saúde.
- b) Criticar o Governo por não resolver de fato todos os problemas na área da saúde.
- c) Evidenciar que, por mais que o Governo faça para a melhoria do país, a oposição sempre irá atrapalhar.
- d) Relatar um problema do cotidiano que afeta o Brasil todo: o grande número de casos de dengue.
- e) Demonstrar, por meio do humor, a incapacidade do governo para solucionar questões públicas.

11. A charge poderia ser relacionada ao seguinte provérbio:

- a) A fome faz sair o lobo do mato.
- b) A palavra é de prata e o silêncio é de ouro.
- c) Antes que o mal cresça, corta-lhe a cabeça.
- d) Em casa de ferreiro, espeto é de pau.
- e) A ignorância é a mãe de todas as doenças.

12. Leia a seguinte manchete: “Pelé afirma que a seleção está bem, _____ Portugal e Espanha também estão bem preparadas.” A lacuna seria preenchida mais adequadamente por um(a):

- a) Pronome relativo, como por exemplo, *que*.
- b) Conjunção adversativa, como por exemplo, *mas*.
- c) Conjunção aditiva, como por exemplo, *e*.
- d) Pronome adversativo, como por exemplo, *porém*.
- e) Locução prepositiva, como por exemplo, *no entanto*.

13. O preenchimento adequado da manchete: “Pelé afirma que a seleção está bem, _____ Portugal e Espanha também estão bem preparadas.” faz parte de um recurso de:

- a) Adequação vocabular.
- b) Falta de coesão.
- c) Incoerência.

- d) Coesão.
- e) Coerência.

Mandela e o poder da inspiração (RUTH DE AQUINO)

"Agradeço a todos os deuses por meu espírito invencível. Sou o dono de meu destino. Sou o capitão de minha alma." Essas palavras poderiam soar recheadas de arrogância. Não na boca de Nelson Mandela, o líder sul-africano que ficou preso 27 anos e daí saiu para reconciliar seu país. Não há ceticismo que resista ao filme *Invictus*. Se você ainda não viu a atuação impecável de Morgan Freeman como Mandela – e se algum ressentimento perturba seu sono –, entre no cinema hoje.

Há muitos motivos para ver *Invictus*. E o maior deles não é ser fã de rúgbi ou entender as regras desse jogo que combina força brutal e agilidade. Tampouco é o fato de a África do Sul sediar a próxima Copa do Mundo em julho. O maior motivo para ver *Invictus* é entender a nós mesmos, nossa força ou limitação, sós ou em equipe. Perceber com mais clareza o jogo cotidiano da liderança, em casa e no trabalho. Confrontar nossa verdade, sem subterfúgios ou rancores. O filme ajudará você a saber se seu chefe o inspira realmente. Ou se você inspira os que trabalham a seu lado.

Uma cena tocante é o chá entre Mandela e o capitão da seleção sul-africana de rúgbi, François Pienaar, o louro africano de temperamento contido representado por Matt Damon. Ao contrário de seus camaradas, Mandela intuía que os Springboks, mesmo com bandeira e hino associados ao apartheid, poderiam ser usados para unir negros e brancos numa imensa torcida arco-íris.

– François – diz Mandela, sorrindo –, você tem um emprego muito difícil, um enorme desafio.

– Seu desafio é maior, senhor presidente.

– Mas não é minha cabeça que eles querem degolar a cada jogo, François. (...)

(disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI122804-15230,00.html>, acesso: 02/03/2010)

14. Logo no primeiro parágrafo do texto, a autora:

- a) Mostra certa neutralidade em relação à Mandela e a seu filme.
- b) Destaca que o líder africano deve ser um exemplo a seguir.
- c) Revela admiração e respeito por Mandela ao citar uma de suas frases.
- d) Evidencia que Mandela pode parecer arrogante ao proferir: "Agradeço a todos os deuses por meu espírito invencível. Sou o dono de meu destino. Sou o capitão de minha alma."
- e) Defende que o filme é tão bom que deveria ganhar o Oscar.

15. Ainda em relação ao primeiro parágrafo, a autora nos convida a assistirmos ao filme. Tal convite é expresso principalmente por meio do:

- a) Verbo no subjuntivo.
- b) Convencimento ao citar uma frase de Mandela.
- c) Verbo no indicativo.
- d) Verbo no imperativo.
- e) Forte apelo emocional.

16. O texto "Mandela e o poder da inspiração" pode ser considerado:

- a) Um artigo de divulgação científica.
- b) Um artigo de opinião.
- c) Uma reportagem.
- d) Uma notícia.
- e) Uma resenha crítica.

17. "Não há ceticismo que resista ao filme *Invictus*.". A palavra em destaque só não pode ser substituída neste contexto por:

- a) Descrença.
- b) Incredulidade.
- c) Agnóstico.
- d) Disposição para duvidar de tudo.
- e) Frieza.

18. O segundo parágrafo do texto é:

- a) Constituído de argumentos pessoais de Ruth de Aquino com base em sua impressão do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- b) Constituído de argumentos impessoais baseados na observação objetiva do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- c) Constituído de dados concretos do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- d) Constituído de argumentos construídos com base na vivência de Ruth de Aquino, argumentos esses que objetivam nos fazer refletir sobre *Invictus*.

e) Constituído de argumentos impessoais de Ruth de Aquino com base em sua impressão do filme, argumentos esses que nos convidam à reflexão sobre *Invictus*.

19. Reveja as construções:

- “– François – diz Mandela, sorrindo –, você tem um emprego muito difícil, um enorme desafio.
– Seu desafio é maior, senhor presidente.” Elas constituem exemplos de:
- a) Discurso direto livre, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.
 - b) Discurso direto, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.
 - c) Discurso indireto, em que o narrador relata a fala do personagem.
 - d) Discurso direto e indireto, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, mas também fala, sendo suas falas normalmente introduzidas pelos verbos declarativos e/ou travessão.
 - e) Discurso indireto livre, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.

20. Releia: “– Mas não é minha cabeça que eles querem degolar a cada jogo, François.” O uso da vírgula destacada neste trecho tem a função de:

- a) Separar o aposto.
- b) Delimitar o sujeito.
- c) Delimitar uma nova oração.
- d) Separar o vocativo.
- e) Marcar uma pausa forte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada da seguinte maneira:

- a) Pactuada, instrumental, sintética, histórica e semirrígida.
- b) Pactuada, escrita, analítica, sistemática e rígida.
- c) Promulgada, instrumental, analítica, histórica e rígida.
- d) Outorgada, escrita, sintética, dogmática e semirrígida.
- e) Promulgada, instrumental, analítica, sistemática e rígida.

22. Acerca do Poder Constituinte, aponte a alternativa CORRETA:

- a) No Brasil, o Poder Constituinte Originário é limitado juridicamente, mas incondicionado e soberano em suas decisões.
- b) O Poder Constituinte Originário se manifesta unicamente na forma de Assembléia Nacional Constituinte ou Convenção.
- c) No ordenamento jurídico brasileiro, não é mais possível a manifestação do poder constituinte derivado revisor.
- d) Para elaborar as Constituições Estaduais, os representantes dos Estados-Membros exercem o Poder Constituinte Originário.
- e) O Poder Constituinte Derivado Reformador é incondicionado, e sua manifestação verifica-se por meio das Emendas Constitucionais.

23. O princípio de hermenêutica constitucional segundo o qual “a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que lhe conceda mais ampla efetividade social” corresponde ao:

- a) Princípio do efeito integrador.
- b) Princípio da eficiência.
- c) Princípio da justeza.
- d) Princípio da unidade da constituição.
- e) Princípio da harmonização.

24. A norma pertencente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determinou a realização de plebiscito para a escolha da forma e sistema de governo no Brasil, pode ser classificada como:

- a) Norma constitucional de eficácia plena.
- b) Norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Norma constitucional de eficácia contida.
- d) Norma constitucional de eficácia esvaída.
- e) As normas do ADCT não possuem natureza constitucional, portanto, não se incluem nessa classificação.

25. Analise as assertivas abaixo relacionadas aos remédios constitucionais e, em seguida, aponte a alternativa CORRETA:

I – O mandado de segurança é concedido para proteger direito líquido e certo, também amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II – O habeas-data é concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades privadas, governamentais, ou de caráter público.

III – A ação popular pode ser proposta para anular ato lesivo à moralidade administrativa e ao meio ambiente.

IV – O habeas corpus preventivo é cabível sempre que alguém se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, hipótese em que o Estado concederá um salvo-conduto para evitar que o paciente sofra os efeitos da coação ilegal.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

26. Marque a alternativa CORRETA relacionada aos direitos políticos na Constituição Federal de 1988.

- a) Constitui condição de elegibilidade a idade mínima de dezoito anos, para o cargo de Vereador, e trinta e cinco anos para o de Deputado Federal.
- b) Os estrangeiros, os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório e os analfabetos são inelegíveis.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado, do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 3 (três) meses antes do pleito.
- d) O militar alistável que tenha mais de dez anos de serviço será elegível, devendo ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, no dia seguinte à eleição, passará para a inatividade.
- e) O povo exerce o poder, de forma direta, através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, sendo que o referendo pode ser definido como a consulta prévia ao povo para que delibere acerca de eventual ato legislativo ou administrativo.

27. Aponte a alternativa que apresenta somente cargos privativos ao brasileiro nato, em conformidade com o disposto na Carta Constitucional de 1988:

- a) Carreiras diplomáticas e Secretários de Estado.
- b) Senadores Federais e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficiais das Forças Armadas e Deputados Federais.
- d) Ministro de Estado da Defesa e Vice-Presidente da República.
- e) Ministro de Relações Exteriores e Oficiais das Forças Armadas.

28. Em relação à nacionalidade, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) O povo brasileiro é constituído por todas as pessoas residentes no espaço territorial brasileiro.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- d) O Brasil, em regra, adota o *ius soli* como critério de atribuição da nacionalidade primária.
- e) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

29. Aponte a alternativa CORRETA:

- a) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, o brasão dos Estados, bem como as armas e o selo nacionais.
- b) Os direitos fundamentais, tendo em vista a sua própria natureza, são universais, irrenunciáveis, imprescritíveis e ilimitados.
- c) Os direitos e garantias fundamentais são assegurados tão somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- d) As garantias fundamentais são bens e vantagens prescritas nas normas constitucionais e os direitos fundamentais são instrumentos criados para assegurar o exercício daquelas.
- e) Os direitos fundamentais de terceira dimensão são aqueles decorrentes dos deveres e direitos de solidariedade.

30. No que se refere aos direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Carta Constitucional, assinale a opção correta:

- a) A Constituição Federal admite a pena de morte em caso de guerra declarada, mas em nenhum caso permite a pena de caráter perpétuo.

- b) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui crime afiançável.
- c) O civilmente identificado sempre será identificado criminalmente.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, mesmo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) A Constituição Federal proíbe, em todos os casos, a inviolabilidade das comunicações telefônicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I – A interpretação das regras de Direito Administrativo, ao se utilizar a analogia, aplica-se o texto da norma administrativa a espécie não prevista, mas compreendida em seu espírito.
- II – Por ser o Direito Administrativo um ramo do Direito Público, os costumes não integram as suas fontes, sendo elas: a lei, a doutrina e a jurisprudência.
- III – São princípios da administração pública: a legalidade, a moralidade, a imparcialidade, a razoabilidade, a publicidade, a eficiência, a segurança jurídica, a motivação, a ampla defesa, o contraditório e a supremacia do interesse público.
- IV – Quanto às definições de Governo e Administração, podemos afirmar que esta é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo.
- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- e) Apenas os itens I e IV estão incorretos.

32. Acerca das espécies de poderes administrativos, analise e correlacione as duas colunas abaixo assinalando a alternativa CORRETA.

- I – Poder vinculado.
 II – Poder discricionário.
 III – Poder regulamentar.
 IV – Poder disciplinar.

- a) I-1, II-2, III-4 e IV-3.
 b) I-2, II-4, III-3 e IV-1.
 c) I-3, II-1, III-2 e IV-4.
 d) I-2, II-4, III-1 e IV-3.
 e) I-4, II-3, III-1 e IV-2.

- 1 – Poder indelegável a qualquer subordinado, pelo qual o Chefe do Executivo vem a explicar a lei para sua correta execução.
 2 – É aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
 3 – É a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores da Administração.
 4 – É aquele concedido à Administração, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

33. Considerando que o uso do poder é prerrogativa da autoridade que deverá empregá-lo nos justos limites da norma legal, da moral, da finalidade do ato e do interesse público, analise as alternativas abaixo acerca do uso anormal do poder, e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O excesso de poder é o gênero do uso anormal do poder, enquanto que suas espécies são o desvio de finalidade e o abuso de poder.
- b) A autoridade, dentro dos limites de sua competência, ao praticar o ato por motivos diversos dos visados pela lei, estará cometendo desvio de poder.
- c) Incidirá em excesso de poder a autoridade que, embora competente, exorbita no uso de suas faculdades administrativas.
- d) Igualmente cometerá desvio de poder a autoridade que praticar o ato, dentro dos limites de sua competência, mas com fins contrários aos exigidos pelo interesse público.
- e) Ao atuar além de sua competência, em frontal descumprimento da lei, estará a autoridade agindo com excesso de poder.

34. Analise as alternativas abaixo sobre a responsabilidade civil do Estado e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal, em seu artigo 37, §6º, estabelece a responsabilidade objetiva do Estado de reparar os danos causados por seus agentes, independente da demonstração de culpa ou dolo.
- b) Ressarcido o prejuízo pelo Estado, caberá a este ação regressiva contra o agente causador do dano, observando, neste caso, a culpa ou o dolo do agente.
- c) Caso o Estado comprove que o dano ocorreu por culpa exclusiva da vítima, ou ainda, que esta tenha concorrido para a ocorrência do evento danoso, o ressarcimento pelo Estado não será devido ou será proporcional à sua participação, conforme o caso.
- d) O artigo 37, §6º da Carta Magna aponta a responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do funcionário.

e) Estão sujeitas à responsabilidade objetiva, conforme o artigo 37, §6º da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

35. Acerca do Sistema de Segurança Pública adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil, podemos afirmar:

- a) No âmbito estadual, as polícias militares e corpos de bombeiros militares subordinam-se aos seus respectivos comandos gerais, enquanto as polícias civis subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- b) As atividades de polícia ostensiva e repressiva, na esfera dos Estados, são exercidas tanto pelas polícias militares quanto pelas polícias civis.
- c) Caberá às polícias militares o policiamento ostensivo da defesa civil, a preservação e manutenção da ordem pública.
- d) As funções de polícia judiciária concernente à atuação, de modo repressivo, com vistas à apuração da materialidade e autoria da prática criminosa são atribuições exclusivas das polícias civis.
- e) Não obstante às atividades ostensivas, caberão às polícias militares as atividades repressivas, nas hipóteses de infrações penais militares.

DIREITO PENAL MILITAR

36. Diz o artigo 1º do Código Penal Militar:

“Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.”

O artigo supracitado trata de qual Princípio Geral do Direito Penal Militar:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da culpabilidade.
- c) Princípio da proporcionalidade.
- d) Princípio da ofensividade.
- e) Princípio da adequação social.

37. Em se falando do Princípio da Retroatividade, é CORRETO afirmar que:

- a) A lei posterior que, de qualquer outro modo, prejudique o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
- b) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente apenas quando não se tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
- d) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente apenas quando se tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
- e) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, nunca retroage.

38. Tício comete um crime durante a vigência de uma lei temporária. A citada lei agravava a pena ao fato praticado por Tício. Na época de seu julgamento, tal lei já não estava mais em vigor. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei temporária, embora decorrido o prazo de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) A lei temporária não poderá ser aplicada após ultrapassado seu período de vigência.
- c) A lei temporária só poderá ser aplicada se mais benéfica ao réu.
- d) Na época do julgamento, deve-se observar a lei mais benéfica ao réu.
- e) Deve ser aplicada a lei vigente à época do julgamento, independente se mais grave ou não ao réu.

39. Em se falando dos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa que corresponde ao crime de CONCUSSÃO:

- a) Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional.
- b) Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão de cargo ou função, para recolher aos cofres públicos.
- d) Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.
- e) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

40. Em relação ao cumprimento de pena, assinale a alternativa FALSA:

- a) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória no Brasil.

- b) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória no estrangeiro.
- c) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de internação em hospital ou manicômio.
- d) Computa-se na pena privativa de liberdade o excesso de tempo, reconhecido em decisão judicial irrecorrível, no cumprimento de pena, por outro crime, independente da data da decisão.
- e) O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

41. Compete à Polícia Judiciária Militar:

- I. Apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- II. Requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.
- III. Cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.

Após analisar os itens acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum dos itens está correto.

42. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Pùblico poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Pùblico para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

43. Qual o prazo para julgamento do desertor, estando este preso?

- a) Sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.
- b) Sessenta dias, a contar do dia da consumação do crime de deserção.
- c) Seis meses, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.
- d) Seis meses, a contar do dia da consumação do crime de deserção.
- e) Trinta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.

44. Em se falando da reprodução simulada dos fatos em inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) É utilizada para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo.
- b) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta contrarie a moralidade.
- c) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta contrarie a ordem pública.
- d) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta atente contra a disciplina militar.
- e) Poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos mesmo se esta atentar contra a hierarquia militar.

45. Assinale alternativa INCORRETA:

- a) O foro militar é especial, inclusive em relação aos crimes dolosos contra a vida praticados, em tempo de paz, contra civil, por um militar em situação de atividade.
- b) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra a segurança nacional, os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo.
- c) Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos de inquérito policial militar a justiça comum.
- d) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra as instituições militares, os militares em situação de atividade.
- e) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra a segurança nacional, os reservistas, quando convocados e mobilizados em manobras.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

46. Segundo a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), qual a penalidade prevista para aquele que "Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa"?

- a) Detenção de seis meses a dois anos.

- b) Detenção de seis meses a dois anos, e multa.
- c) Reclusão de um a quatro anos.
- d) Reclusão de um a quatro anos, e multa.
- e) Reclusão de dois a seis anos, e multa.

47. Sobre a Internação, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, como medida sócio-educativa, julgue os itens abaixo:

I - Poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

II - Poderá ser aplicada por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III - Poderá ser aplicada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens I e III estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Nenhum item está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

48. Quanto à absoluta prioridade sobre a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, julgue os itens abaixo:

I - Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

II - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

III - Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

IV - Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

- a) Somente o item I está incorreto.
- b) Somente o item II está incorreto.
- c) Somente o item III está incorreto.
- d) Somente o item IV está incorreto.
- e) Nenhum item está incorreto.

49. Sobre autorização judicial expressa para a criança, desacompanhada dos pais ou responsável, poder viajar para fora da comarca onde reside, julgue os itens abaixo:

I - A autoridade judiciária poderá conceder autorização válida por três anos.

II - Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável se a criança viajar na companhia de um dos pais.

III - Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

IV - A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

- a) Somente os itens I e IV estão incorretos.
- b) Somente os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente os itens II e III estão incorretos.
- d) Somente os itens III e IV estão incorretos.
- e) Somente os itens I, II e IV estão incorretos.

50. Quanto às medidas aplicáveis aos pais ou responsável, julgue os itens abaixo:

I - Prestação de serviços à comunidade.

II - Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

III - Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

IV - Obrigaçāo de reparar o dano.

- a) Somente os itens I e IV estão incorretos.
- b) Somente os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente os itens II e III estão incorretos.
- d) Somente os itens III e IV estão incorretos.
- e) Somente os itens I, II e IV estão incorretos.

LEGISLAÇÃO DOS MILITARES DE PERNAMBUCO

51. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares, Lei 6.783/74 e posteriores alterações, o direito de recorrer na esfera administrativa prescreverá:

- a) Em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra de inclusão em quota compulsória ou de composição de Quadro de Acesso.
- b) Em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra da composição de quadro de acesso; incorreta é a redação anterior.
- c) Em 180 (cento e oitenta) dias corridos, nos demais casos.
- d) Em 15 corridos em todos os casos.
- e) Em 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra de inclusão em quota compulsória ou de composição de Quadro de Acesso.

52. Assinale a alternativa CORRETA. Conforme o artigo 8º da Lei 11.817, estão sujeitos ao regime disciplinar:

- a) Somente os militares na ativa.
- b) Os militares na ativa e na reserva.
- c) Os militares na ativa e os reformados.
- d) Os militares na ativa, na reserva remunerada e os reformados.
- e) Os militares na reserva remunerada e reformados.

53. Em relação às transgressões disciplinares militares, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Transgressão disciplinar militar é toda ação ou omissão praticada por militar estadual que viole os preceitos da ética e os valores militares, ou que contrarie os deveres e obrigações a que o mesmo está submetido, constituindo-se em manifestações elementares e simples que não possam ser tipificadas como crime ou contravenção.
- b) As transgressões disciplinares militares são as previstas na Parte Especial do Código Penal Militar, sem prejuízo de outras definidas em lei ou regulamento, devendo sua aplicação, necessariamente motivada, considerar sempre a natureza e a gravidade da infração.
- c) Considera-se praticada a transgressão disciplinar militar no momento da ação, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) A transgressão disciplinar militar pode ser consumada ou tentada, sendo salvo dispositivo em contrário a tentativa punida com a pena mínima prevista para a transgressão consumada ou com uma pena alternativa.
- e) Ficam sujeitos ao regime disciplinar do Código Penal Militar os militares estaduais agregados, nas condições estabelecidas pelo Estatuto dos Militares de Pernambuco, assim como os que estiverem à disposição de órgãos públicos civis, exercendo cargos ou funções considerados como de natureza ou interesse militar, na forma da legislação específica ou peculiar.

54. São causas de justificação e circunstâncias atenuantes, respectivamente:

- a) Ter sido cometida a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço ou da ordem pública; a constatação de bons antecedentes, registrados nos assentamentos do transgressor.
- b) Ter sido cometida a transgressão em legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito ou estrito cumprimento do dever legal; a relevância de serviços prestados.
- c) Ter sido cometida a transgressão em decorrência de caso fortuito ou força maior, plenamente comprovado e justificado; e a falta de prática no serviço.
- d) A influência de fatores diversos, devidamente comprovados e justificados; ter sido cometida a transgressão em decorrência da falta de melhores esclarecimentos, quando da emissão da ordem, ou de falta de meios adequados para o seu cumprimento, devendo tais circunstâncias serem plenamente comprovadas e justificadas.
- e) Ter sido cometida a transgressão durante a execução do serviço, ter sido cometida a transgressão em decorrência de caso fortuito ou força maior, plenamente comprovado e justificado; e a falta de prática no serviço.

55. O Estatuto dos Policiais Militares estabelece em relação às férias que:

- a) Compete ao Comandante-Geral da Polícia Militar a regulamentação da concessão das férias anuais.
- b) A concessão de férias (não) é prejudicada pelo gozo anterior de licenças para tratamento de saúde, por punição anterior decorrente de transgressão disciplinar, pelo estado de guerra ou para que sejam cumpridos atos de serviços.
- c) Em hipótese alguma os policiais militares terão interrompido ou deixarão de gozar, na época prevista, o período de férias a que tiverem direito, registrando-se, então, o fato em seus assentamentos.
- d) As férias são afastamentos totais do serviço, anual e facultativamente concedidos aos policiais militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.
- e) Na impossibilidade absoluta do gozo de férias no ano seguinte ou no caso de sua interrupção pelos motivos previstos, o período de férias não gozado será computado dia a dia, no momento da passagem do policial militar para inatividade e também para outros fins.

56. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares, Lei. 6.783/74, a licença:

- a) Licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao policial militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares.
- b) Pode ser especial, para tratar de interesse particular; para tratamento de saúde de pessoa da família; e para tratamento de saúde própria.
- c) Licença especial é a autorização para afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao policial militar que a requerer.
- d) A licença especial é prejudicada pelo gozo anterior de qualquer licença para tratamento de saúde e para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.
- e) A licença para tratar de interesse particular será sempre concedida com prejuízo da remuneração e da contagem do tempo de efetivo serviço.

57. Assinale a alternativa INCORRETA. Os policiais militares têm direito aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, por motivo de:

- a) Núpcias: 8 (oito) dias.
- b) Luto: 8 (oito) dias.
- c) Instalação: até 10 (dez) dias.
- d) Trânsito: até 30 (trinta) dias.
- e) Licença: até 60 (sessenta) dias.

58. As penas disciplinares militares a que estão sujeitos os militares estaduais, segundo o estabelecido na parte Especial do Código Disciplinar do Estado de Pernambuco, são as seguintes:

- a) Repreensão, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e exclusão a bem da disciplina.
- b) Repreensão, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e cancelamento de matrícula em curso ou estágio.
- c) Detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e cancelamento de matrícula em curso ou estágio afastamento do cargo, função, encargo ou comissão e exclusão a bem da disciplina.
- d) Prisão, licenciamento a bem da disciplina, exclusão a bem da disciplina, cancelamento da matrícula em curso de estágio e suspensão da folga.
- e) Advertência, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e exclusão a bem da disciplina.

59. A Lei 11.817 estabelece as modificações da aplicação de pena. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A relevação da pena consiste na suspensão do cumprimento da mesma e somente poderá ser concedida por motivo de passagem de comando, data do aniversário da OME ou data nacional, quando já tiver sido cumprida pelo menos metade da pena.
- b) A atenuação de pena consiste na transformação da pena aplicada em uma pena menos rigorosa, se assim o exigir o interesse da disciplina e da ação educativa.
- c) A anulação de pena consiste em tornar sem efeito a publicação da mesma e poderá ser concedida quando ficar comprovado ter ocorrido injustiça ou ilegalidade na sua aplicação.
- d) A agravação de pena consiste na transformação da pena aplicada em uma pena mais rigorosa, somente se assim o exigir o interesse da disciplina.
- e) Poderá ocorrer a anulação em qualquer tempo e em quaisquer circunstâncias pelas autoridades especificadas nos incisos I e II, do art. 10, deste Código e no prazo de 30 (trinta) dias, pelas demais autoridades.

60. Assinale a alternativa CORRETA sobre a classificação do comportamento militar das praças:

- a) Excepcional - quando, no período de 6 (seis) anos de efetivo serviço não tenha sofrido quaisquer pena disciplinar nem medida administrativa.
- b) Ótimo - quando, no período de 4 (quatro) anos de efetivo serviço, tenha sido penalizada com até duas na detenção.
- c) Bom - quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço, tenha sido penalizada com uma prisão, ou com duas sanções menores.
- d) Insuficiente, quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço tenha sido penalizada com até duas prisões e com quatro sanções menores.
- e) Mau - quando, no período de 1 (um) ano de efetivo serviço tenha sido penalizada com mais de duas prisões e com seis sanções menores.

61. Assinale a alternativa CORRETA. Ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial, cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou boa ordem de serviço:

- a) Constitui transgressão de natureza média.
- b) Constitui transgressão de natureza grave.
- c) Prisão de 11 a 20 dias.
- d) Detenção de 20 a 30 dias.
- e) Detenção de 11 a 20 dias, além da aplicação de medidas administrativas.

62. Em relação às situações especiais previstas no Estatuto dos Policiais Militares, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É considerado desaparecido o policial militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais militares ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias.
- b) A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa permanece sem número na sua escala hierárquica. Nos termos da Constituição Estadual, a agregação não abre vaga, inclusive para efeito de promoção.
- c) A situação de excedente é considerada como em efetivo serviço para todos os efeitos e o policial militar concorre, respeitados os requisitos legais, em igualdade de condições e sem nenhuma restrição a qualquer cargo policial militar, bem como à promoção.
- d) Reversão é o fato pelo qual o policial militar agregado retorna ao respectivo quadro tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica.
- e) A agregação e a reversão somente se fazem por ato do Governador do Estado de Pernambuco.

63. Não é computável, conforme o Estatuto dos Policiais Militares, para efeito algum, o tempo:

- a) Que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.
- b) Decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença passada em julgado, mesmo que tenha sido concedida suspensão condicional da pena, quando, então, o tempo que exceder ao período da pena será computado para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.
- c) Passado como desertor.
- d) Decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, por sentença passada em julgado.
- e) Passado em licença para tratar de interesse particular.

64. Em relação aos recursos disciplinares, o Código Disciplinar de Pernambuco determina:

- a) A autoridade a quem é dirigido o pedido de reconsideração de ato deve despachá-lo no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, sob pena de infringência regulamentar.
- b) Os recursos disciplinares são a Reconsideração de Ato, a Queixa e a Revisão Disciplinar.
- c) Nem todos os recursos disciplinares têm efeito suspensivo ficando sobre-estado o recolhimento do militar até que sejam julgados, em última instância administrativa, todos os recursos ao seu alcance.
- d) A tramitação dos recursos tem caráter urgente, não podendo exceder a 10 dias, contados da data de recebimento do processo, devidamente instruído pela autoridade competente para solucioná-lo.
- e) O pedido de reconsideração de ato deve ser encaminhado através da autoridade a quem o requerente estiver diretamente subordinado e deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

65. Assinale a alternativa CORRETA. Deixar de comunicar ao superior imediato ou a outro, na ausência daquele, qualquer informação que tiver conhecimento, sobre iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha do serviço:

- a) Constitui transgressão de natureza média.
- b) Prisão de 05 a 10 dias.
- c) Prisão de 05 a 10 dias, além da aplicação das medidas administrativas de perda da remuneração.
- d) Prisão de 11 a 20 dias.
- e) Detenção de 20 a 30 dias.

66. Assinale a alternativa INCORRETA. A Lei nº 9.009, de 18 de junho de 1982, dispõe que:

- a) A licença concedida a Policiais Militares Femininas mediante requerimento da interessada ao Comandante-Geral da Corporação, acompanhada da prova da alegação, interrompe a contagem do tempo de efetivo serviço.
- b) A Policial Militar Feminina tem direito a licença sem remuneração para acompanhamento do marido nas hipóteses descritas no artigo 4º da mencionada Lei.
- c) A Policial Militar Feminina gestante, tem direito a licença de 90 (noventa) dias, concedida a partir do oitavo mês de gravidez, mediante inspeção de saúde e laudo da Junta Militar de Saúde (JMS), sem prejuízo da remuneração e da contagem do tempo de efetivo serviço.
- d) O prazo inicial da licença para acompanhamento do marido será de 02 (dois) anos, prorrogável em iguais períodos, enquanto persistir o motivo que a determinou, sendo que poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido da interessada.
- e) O acesso ao Quadro Especial de Oficiais de Polícia Feminina exige a conclusão com aproveitamento do Curso Especial de Formação de Oficiais de Polícia Feminina, para cuja matrícula será exigida prévia seleção mediante concurso público.

67. Assinale a alternativa CORRETA. Andar o militar a pé ou em transporte coletivo público, com uniforme inadequado, contrariando o Regulamento de uniformes ou normas a respeito:

- a) Pena: Detenção de 3 a 8 dias.
- b) Constitui transgressão de natureza média.

- c) Constitui transgressão de natureza média, cuja pena é a de detenção de 3 a 5 dias.
- d) Constitui transgressão de natureza grave.
- e) Detenção de 11 a 20 dias, além da aplicação de medidas administrativas.

68. Dentre as alternativas abaixo, qual não compreende os deveres dos policiais militares, descritos no Estatuto dos Policiais Militares?

- a) A disciplina e o respeito à hierarquia.
- b) A dedicação integral ao serviço policial militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida.
- c) O aprimoramento técnico-profissional.
- d) O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens, a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.
- e) Culto aos símbolos nacionais, a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias.

69. Assinale a alternativa que não corresponde com o disposto no Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco:

- a) Não podem ultrapassar quinze dias as penas disciplinares de detenção ou prisão dias.
- b) No concurso de crime militar e de transgressão disciplinar será aplicada somente a pena relativa ao crime.
- c) A inobservância dos deveres ou a falta de exação no cumprimento dos mesmos, acarreta para o policial militar responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação específica.
- d) O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco é competente para processar e julgar os policiais militares nos crimes definidos em lei como militares, aplicando, no que couber, as disposições estabelecidas no Código Penal Militar.
- e) Será afastado do cargo o policial militar que se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício das funções policiais militares a ele inerentes.

70. O Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco estabelece em seu artigo 52 e seguintes sobre a remuneração. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os policiais militares na ativa percebem remuneração constituída mensalmente por vencimentos e indenizações e eventualmente outras indenizações.
- b) Os policiais militares inativos percebem proventos e eventualmente auxílio-invalidez.
- c) O vencimento dos policiais militares na ativa compreende soldo e gratificações, e o provento dos policiais militares na inatividade, compreende soldo ou quotas do soldo, gratificações e indenizações incorporáveis.
- d) O soldo é irredutível e não está sujeito a penhora, sequestro ou arresto, exceto nos casos previstos em lei.
- e) O valor do soldo é igual para o policial militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado, de um mesmo grau hierárquico, sem nenhuma ressalva.

USO PROGRESSIVO DA FORÇA

71. Sobre o uso progressivo da força pelos policiais, marque a INCORRETA:

- a) Força é a intervenção sobre o indivíduo, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão.
- b) Nível do uso da força é o entendimento dado desde a simples presença policial em uma intervenção até a utilização da arma de fogo.
- c) Ética é o conjunto de valores morais ou princípios que norteiam a conduta individual ou de membros de uma mesma profissão.
- d) O uso da força por policiais não é subordinado ao interesse coletivo.
- e) Uso progressivo da força é a seleção adequada de opções de força pelo policial em resposta ao nível de submissão do infrator a ser controlado.

72. Em referência ao cometimento de crime de abuso de autoridade por policiais na má utilização da força, marque a INCORRETA:

- a) Os Órgãos Policiais devem capacitar seus membros para cumprir seus deveres na aplicação da lei.
- b) O policial ao aplicar a lei possui autorização legal para o uso da força.
- c) A função da polícia, dentre outras, é a atuação na garantia dos direitos humanos, podendo utilizar força para tal.
- d) A utilização de arma de fogo deve estar restrita a casos extremos.
- e) O Estado quando outorga ao policial a utilização de armas de fogo se abstém de responsabilidade na proteção do direito à vida, a liberdade e segurança pessoal do cidadão.

73. Os Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Armas de Fogo adotados pelas Nações Unidas em 1990 dispõe, exceto:

- a) A proporcionar normas orientadoras aos Estados membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado das polícias.

- b) Consideram que a utilização das armas de fogo deverão ser empregadas rotineiramente em ocorrências policiais.
- c) Estabelecimento de princípios a serem considerados e respeitados pelos governos no contexto da legislação e prática nacional.
- d) Devem ser de conhecimento dos policiais, magistrados, promotores, advogados e população em geral.
- e) Enfatizam dentre outros pela qualificação, treinamento e conduta dos aplicadores da lei.

74. Na legislação brasileira estão contidos instrumentos legais que asseguram a utilização das armas de fogo pelos aplicadores da lei. Desta forma marque a INCORRETA:

- a) As excludentes de ilicitude são: estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal.
- b) No Código de Processo Penal há instrumentos que asseguram o emprego da força por policiais em serviço.
- c) O Código Penal Militar por ser considerado mais rígido na punição de crimes, não constam instrumentos reguladores da utilização da força.
- d) O policial deverá empregar sua arma de fogo apenas em casos em que a legislação vigente permita.
- e) O Código de Processo Penal em seu artigo 284 admite a utilização de força quando indispensável em casos de resistência e fuga de preso.

75. A utilização da força pelos aplicadores da lei só é legítima quando é aplicada obedecendo a princípios, sendo eles:

- a) Legalidade, necessidade, proporcionalidade e ética.
- b) Necessidade, ética e supremacia da força.
- c) Legalidade, moralidade e arbitrariedade.
- d) Proporcionalidade, arbitrariedade e legalidade.
- e) Imparcialidade, necessidade e moralidade.

76. Ao realizar o emprego da força, o policial deverá atentar a alguns quesitos. Desta forma marque a INCORRETA:

- a) Identificação do objeto a ser atingido.
- b) O nível da força a ser utilizada é proporcional à resistência oferecida.
- c) Verificar a existência de meios menos danosos para atingir o objetivo.
- d) Agir com boa fé e de acordo com princípios éticos.
- e) Excessos no uso da força não afetam a relação polícia-comunidade.

77. Em referência aos princípios que legitimam o uso da força pelo policial, marque a INCORRETA:

- a) Legalidade é a fiel observância às leis vigentes.
- b) Proporcionalidade é a utilização da força na exata medida para o cumprimento do dever.
- c) A ética dita os parâmetros morais para a utilização da força.
- d) Necessidade é a verificação se uso da força foi realizado de forma imperiosa.
- e) Imparcialidade é a utilização da força sem o envolvimento emocional do policial.

78. Sobre o uso da força por policiais, marque a alternativa CORRETA:

- a) A supervisão nos casos de emprego do uso da força é desnecessária.
- b) Os superiores do policial envolvido com a má utilização da arma de fogo são isentos de responsabilidade.
- c) O Estado deve apontar o erro de seu representante que fez o mau uso da arma de fogo.
- d) O policial que faz o mau emprego da arma de fogo sem ter passado por treinamento nos últimos 12 meses estará isento de culpa.
- e) A culpa pela má utilização da força é apenas do agente que a praticou.

79. Em patrulhamento, o policial deverá atentar ao utilizar-se da força, exceto:

- a) Ao princípio da legalidade.
- b) Se a utilização da força é proporcional à resistência oferecida.
- c) Se estão presentes os casos de excludentes de ilicitude.
- d) O mau emprego não implica em responsabilização.
- e) Se está fazendo dentro dos limites éticos.

80. Sobre a utilização da força pelos aplicadores da lei, marque a CORRETA:

- a) No Código Penal Militar não há instrumentos que autorizam o emprego da força.
- b) São necessários qualificação e treinamento para o emprego de arma de fogo.
- c) Os superiores não são responsáveis pela má utilização das armas de fogo pelos seus subordinados.
- d) A aplicação da força só será legal se for desproporcional.
- e) O Estado não necessita dotar o policial de vários tipos de armas e munição.

DIREITOS HUMANOS

81. Os direitos da pessoa humana assegurados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, visam, dentre outros, exceto:

- a) Dignidade da pessoa humana em qualquer hipótese.
- b) São direitos fundamentais considerados imutáveis em nosso ordenamento jurídico.
- c) Direito à vida, a liberdade e igualdade.
- d) São prerrogativas mínimas asseguradas a todos para se tornarem úteis à sociedade.
- e) São direitos assegurados apenas a pessoas que estão sob tutela do Estado.

82. São características dos direitos humanos:

- a) Prescriabilidade, ou seja, possuem prazo para sua vigência.
- b) Universalidade, sendo destinado apenas a proteção das minorias étnicas, as quais são historicamente perseguidas.
- c) Irrenunciabilidade, em nenhuma hipótese é assegurado sua renúncia pelo detentor.
- d) Efetividade, ou seja, o poder público deve garantir tais direitos, sendo vedado qualquer atuação coercitiva.
- e) Inviolabilidade, onde apenas leis complementares podem tratar de matéria contrária aos Direitos Humanos.

83. Observe as características dos Direitos Humanos abaixo e marque a INCORRETA:

- a) Inviolabilidade visa assegurar o não desrespeito aos direitos humanos praticada por lei infraconstitucional ou autoridade.
- b) Interdependência é a previsão constitucional visando assegurar a eficácia de lei que se choque com os direitos fundamentais.
- c) Inalienabilidade diz respeito aos direitos que não podem ser transferidos, mesmo mediante consentimento do seu detentor.
- d) Universalidade, sendo aplicados a todos os indivíduos independentemente de sexo, raça e credo.
- e) Imprescricibilidade, ou seja, não se perdem pelo tempo transcorrido.

84. São considerados direitos resguardados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

- a) Direito à vida, à liberdade e segurança pessoal.
- b) Direito a julgamento justo, salvo em caso de guerra.
- c) Adoção de medidas penais retroativas, mesmo quando prejudiquem o réu.
- d) O Estado passa a ter direito de efetuar algumas prisões arbitrárias.
- e) O réu é considerado culpado, mesmo antes de sentença transitado em julgado.

85. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, marque a INCORRETA:

- a) Os Direitos Humanos independem de suas declarações em constituições, leis e tratados internacionais, pois dizem respeito à dignidade humana.
- b) Foi redigido sob os impactos causados pelas atrocidades na Segunda Guerra Mundial.
- c) A Declaração representa manifestação histórica da formação em âmbito universal dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade.
- d) A Declaração Universal de 1948 foi o início da luta pelos direitos humanos pela humanidade.
- e) A Revolução Francesa e a Declaração de Independência dos Estados Unidos são exemplos de busca pelos direitos humanos. Foram consolidados pela primeira vez na Constituição de 1.988.

86. Em referência aos Direitos Humanos na Constituição Brasileira, marque a alternativa ERRADA:

- a) Foram consolidados pela primeira vez na Constituição de 1988.
- b) A Constituição de 1988 admite direitos fundamentais implícitos, assim como as anteriores.
- c) No artigo 5º da Constituição Federal de 1988 há direitos humanos materiais como, o direito à vida e formais como, o direito à certidão.
- d) O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é considerado *cláusula pétrea*.
- e) Na Constituição Federal de 1988 estão consolidados a maioria dos direitos assegurados aos cidadãos.

87. Em referência à aplicação dos Direitos Humanos pelos representantes da Segurança Pública, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Devem ser respeitados a qualquer custo, pois visam proteger a sociedade, assim como seus representantes.
- b) As condutas dos aplicadores da lei devem estar em acordo com as leis e principalmente com a Constituição Federal.
- c) Os direitos humanos visam, dentre outros, proteger as maiorias das minorias, pois apenas aquelas são objetos de proteção.
- d) A lei, a ordem, a paz e a segurança são questões de responsabilidade do Estado.
- e) Os direitos humanos devem ser objeto de aplicação diária dos policiais.

88. Para a aplicação da lei fazem-se necessárias condutas éticas e legais do policial. Em referência a esta afirmação, marque a CORRETA:

- a) O policial deverá decidir apenas sobre o que é certo ou errado.
- b) Os aplicadores da lei necessitam conhecer apenas os poderes e a autoridade concedida a ele.
- c) A aplicação da lei não pode estar baseada em práticas ilegais, discriminatórias ou arbitrárias.
- d) Na apuração de atos criminosos que atente aos direitos humanos é autorizado ao policial utilizar prática de tortura.
- e) Princípios éticos não se fazem necessários na atividade policial.

89. Sobre a ética na aplicação da lei, marque a assertiva CORRETA:

- a) Algumas táticas utilizadas pela polícia podem estar em desacordo com a lei.
- b) A aplicação da lei deve estar em conformidade com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade.
- c) Os policiais, diferentemente dos médicos, não necessitam de condutas éticas.
- d) Envolvimento em grande escala de policiais com corrupção, tortura, racismo não são casos de desvios éticos e sim de apenas práticas criminosas.
- e) Algumas práticas da aplicação da lei não necessitam estar fundamentadas em lei.

90. Através de reflexões sobre Polícia e Direitos Humanos, podemos afirmar:

- a) Existem duas sociedades, sendo uma "civil" e outra "policial".
- b) Ao policial não se faz necessário o sentimento de autoestima, pois a ele é conferido apenas o cumprimento de ordens.
- c) Os Direitos Humanos são destinados apenas a população, não necessitando os policiais de tais proteções.
- d) A fronteira entre a força e a violência não existe, como exemplo pode ser citado uma ocorrência de resistência de um cidadão contra o policial onde este está autorizado a empregar violência sem limitações.
- e) O policial pode ser visto como um pleno e legítimo educador.

POLÍCIA COMUNITÁRIA

91. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144, caput, diz expressamente que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos. Baseado nisso, marque a assertiva INCORRETA:

- a) O cidadão na medida de sua capacidade deve colaborar com a segurança pública.
- b) A congregação de toda a comunidade em prol da segurança pública deve fazer parte do trabalho da Polícia.
- c) Ao cidadão não recai responsabilidade alguma com a segurança pública, uma vez que os Órgãos Policiais possuem esta função.
- d) O policiamento comunitário visa a participação social.
- e) Toda a sociedade deve estar envolvida no projeto de segurança pública.

92. Policiamento Comunitário é a ação de policiar junto a comunidade. Em referência a esta afirmação, assinale a CORRETA:

- a) É serviço policial aproximado às pessoas, personalizado.
- b) É filosofia de trabalho indistinta a todos Órgãos Policiais.
- c) É visto como tática a ser implementado pela Polícia.
- d) É a aproximação do policial junto à sociedade visando a prática de relações públicas junta a esta.
- e) O policial envolvido não precisa ser treinado para desenvolver este policiamento.

93. Dentre as diferenças entre Polícia Tradicional e a Polícia Comunitária, podemos destacar, exceto:

- a) Na Polícia Tradicional, o policial presta contas apenas a seu superior.
- b) Na Polícia Comunitária, o patrulhamento é distribuído conforme o número de ocorrências, uma vez que é utilizada a racionalização dos meios.
- c) A Polícia Comunitária visa dar enfoque mais amplo a resolução de problemas por meio da prevenção.
- d) A eficácia da Polícia Comunitária é avaliada através das ausências de crimes e desordem.
- e) No policiamento tradicional, o policial é do serviço.

94. São objetivos a serem alcançados pelo policiamento comunitário, exceto:

- a) Menor número de policiais e cidadãos mortos ou feridos física e psicologicamente.
- b) Respeito aos direitos constitucionais e a dignidade humana.
- c) Redução dos níveis de criminalidade.
- d) Participação da comunidade nos assuntos de segurança pública.
- e) Manutenção dos índices de criminalidade.

95. No processo de integração e envolvimento com a comunidade deverá ser feito, exceto:

- a) Com os líderes comunitários locais, presidentes de associações, cidadãos dentre outros.
- b) Autoridades constituídas e organismos governamentais.

- c) Mídia e órgãos de imprensa.
- d) Apenas com pessoas simpatizantes aos problemas de segurança pública.
- e) Com todas as esferas da sociedade.

96. "O sucesso do trabalho policial depende da credibilidade e da boa imagem que a instituição em relação à população". Paulo Sérgio Pinheiro – Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Baseado nessa afirmação, qual afirmativa é CORRETA:

- a) O policiamento comunitário visa apenas a resolução de conflitos, mesmo quando há crimes.
- b) Nos conselhos, comitês comunitários que tratem sobre segurança pública são indispensáveis à presença de representantes dos órgãos policiais.
- c) As entidades comunitárias são vedadas do acompanhamento dos resultados dos órgãos policiais locais.
- d) As campanhas educativas e de informação são se exclusividade dos organismos policiais.
- e) Entidades representativas não deverão participar dos trabalhos da polícia comunitária, pois elas possuem interesse no trabalho policial.

97. Para se identificar problemas sociais locais que influenciam na prevenção de crimes, algumas ações devem ser adotadas, exceto:

- a) Identificação das pessoas dispostas a auxiliar no processo que exprimam as atitudes, valores e metas do bairro.
- b) Reuniões com representantes da organização policial, comunidade, autoridades constituídas, dentre outras.
- c) Identificação dos problemas da área, características, peculiaridades, delitos praticados dentre outros.
- d) Coleta das diversas informações sobre a comunidade onde os trabalhos serão desenvolvidos.
- e) Reuniões com a comunidade visando promover aquela Unidade Policial.

98. Para a implementação do modelo de Policia Comunitária, o que se faz necessário?

- a) A polícia deve pautar pela democracia nas suas estruturas básicas e em seu funcionamento.
- b) A polícia deve assumir o papel protagonista no processo ditando os pontos a serem seguidos.
- c) Não se faz necessário à avaliação das atividades desenvolvidas, uma vez que para sua implementação houveram estudos anteriores.
- d) Profissionais não policiais como sociólogos e historiadores não foram formados para atuarem em segurança pública, não devendo, portanto, serem ouvidos em questões de segurança.
- e) A Polícia deve prestar seus serviços de acordo com o programa do Governo e não observar as necessidades locais da comunidade.

99. Com a atuação de um policiamento comunitário, as ações policiais serão pautadas na prevenção gerando benefícios a sociedade, os quais podemos destacar, exceto:

- a) A não permissão que crimes ocorram, além de ser lógico é mais econômico.
- b) As ações devem ser pautadas nas causas que propiciem a violência.
- c) O policiamento pró-ativo visa a repressão de delitos e crimes graves.
- d) As causas da violência são o objeto da atuação policial pró-ativa.
- e) Análise técnica da criminalidade permite otimização de recursos humanos e materiais.

100. Após a implementação do policiamento comunitário sua continuidade é de suma importância para a segurança, desta forma, marque a CORRETA:

- a) A transferência dos policiais que atuam na implementação deverá ser efetivada, uma vez que estes deverão participar da implementação em outras localidades.
- b) Não há necessidade de acompanhamento de dados estatísticos, tendo em vista que os crimes e delitos não terão espaço para aumento.
- c) Diminuição do policiamento após a queda do número de ocorrências visando uma atuação mais racional de meios e efetivo.
- d) Atuação constante da polícia junto à sociedade.
- e) As reuniões com o Conselho da Comunidade deverão ser extintas após um ano, pois já foi formado o elo com a comunidade.

RASCUNHO: